



Nome: \_\_\_\_\_

**059 – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO –  
CONTABILIDADE – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA  
CADERNO DE QUESTÕES**

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o **CADERNO DE QUESTÕES** nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o **CARTÃO-RESPOSTA** e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o **CARTÃO-RESPOSTA**. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o **CARTÃO-RESPOSTA**. Em seguida, assine a **LISTA DE PRESENÇA**. Caso o **CADERNO DE QUESTÕES** E/OU o **CARTÃO-RESPOSTA** estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
  - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
  - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, antes do tempo estabelecido, e/ou **CARTÃO-RESPOSTA**.
  - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no **CARTÃO-RESPOSTA**.





CONCURSO PÚBLICO



**GABARITO**

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>32</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>35</b>	<b>36</b>	<b>37</b>	<b>38</b>	<b>39</b>	<b>40</b>

**059 – AUDITOR DE CONTROLE INTERNO –  
CONTABILIDADE – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO****CLIMA EXTREMO DESAFIA  
INFRAESTRUTURA DO BRASIL**

Quando os radares da Defesa Civil captaram a possibilidade de temporal sobre Santa Catarina em dezembro de 2025, o governo do estado tomou uma decisão drástica: suspender as aulas. Foi a primeira vez que mais de 520 mil alunos de escolas estaduais foram orientados a ficar em casa naquele 9 de dezembro como medida de prevenção a desastres. Estudantes da rede municipal em diversas cidades e universidades também cancelaram as atividades.

A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical que já ganhava o selo de atípico. Ele se formou no Paraguai, atravessou o Rio Grande do Sul e se intensificou na costa entre esse estado e Santa Catarina, detalha Marcelo Seluchi, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

Um dia depois, as mesmas rajadas sopraram na cidade de São Paulo. Os ventos chegaram a 100 km/h, afetaram transformadores de energia, cancelaram voos, derrubaram placas de trânsito e paralisaram a vida em pelo menos dois milhões de imóveis. A estimativa mais recente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo calcula perdas de pelo menos R\$ 2,1 bilhões no comércio e no setor de serviços.

Um mês antes, outro ciclone extratropical formado sobre o Sul do país foi o estopim para uma calamidade no Paraná. Nuvens pesadas ajudaram a formar três tornados que atingiram 11 cidades e arremessaram carros, derrubaram prédios, tombaram caminhões. O fenômeno destruiu 80% de Rio Bonito de Iguaçu e deixou seus 14 mil moradores em choque.

“Nós não estamos preparados para isso. Nós não estamos adaptados para enfrentar esses eventos climáticos extremos”, avalia José Marengo, coordenador-geral de pesquisa do Cemaden. Os ciclones extratropicais são um fenômeno conhecido na meteorologia. Na América do Sul, eles se formam próximo ao Sul do Brasil até o sul da Argentina e precisam de um ingrediente-chave: o calor que vem do Equador encontrando o frio que sai do polo.

O Instituto Nacional de Meteorologia não tem um banco de dados que contabilize os ciclones extratropicais ocorridos no Brasil, informou o órgão. Mas a pesquisa feita por Rosmeri Porfírio da Rocha, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo, revela que de três a quatro ciclones se formam nesta região, em média, por mês e “saem” para o Atlântico.

Os ciclones, explica a cientista, têm um papel fundamental de auxiliar no transporte de calor do Equador para o polo e do frio no caminho contrário. “E quando fazem isso, geram ação, rotação, formam nuvem, tempestade, a pressão muda muito no espaço, os ventos se aceleram”, cita Rocha. A diferença do caso mais recente foi que ele se intensificou dentro do continente - e não no mar, como costuma ser. No monitoramento feito por Seluchi, o sistema chegou a 2 mil km de extensão e gerou efeitos desde a Argentina até o Rio de Janeiro.

Em Florianópolis, estado exposto a este evento climático por sua posição geográfica, Regina Rodrigues vivenciou três ciclones em 2025 no quintal de sua casa. Professora na Universidade Federal de Santa Catarina, ela é uma das brasileiras de um grupo internacional que investiga a conexão de eventos climáticos extremos com as mudanças climáticas.

“A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura. Quanto maior for esta diferença, mais violento ele fica. Está ficando pior porque a parte subtropical e tropical do Brasil está ficando mais quente”, afirma Rodrigues. No estado onde vive, considerado uma zona de “encontros” dessas massas, os ventos já chegaram a 109 km/h. Sem energia elétrica e internet em casa, Rodrigues viu pela janela telhados e toldos voando.

O despreparo para enfrentar ciclones mais fortes e outros eventos climáticos extremos é visível até na metrópole mais rica do país. Para moradores, comércios e indústrias na Grande São Paulo, ventanias e tempestades têm sido sinônimo de dias sem eletricidade. “Isso mostra toda a vulnerabilidade do sistema elétrico, com postes e fios aéreos — e que estão perto das árvores”, comenta Marengo.

A Empresa de Pesquisa Energética reconhece as lacunas do setor e a necessidade de adaptação diante das mudanças climáticas. Um estudo publicado no ano passado lista os potenciais impactos de tempestades, ventos fortes e enchentes na



## CONCURSO PÚBLICO



infraestrutura e no fornecimento de energia. Mas, até agora, as concessionárias não são cobradas por órgãos reguladores para aumentar a resiliência.

Na capital paulista, o aterramento dos fios anda a passos lentos: a prefeitura afirma ter implantado 88 km de fiação subterrânea. Isso equivale a 0,02% dos 44 mil km sob concessão da Enel no estado, empresa distribuidora que atende 8 milhões de unidades consumidoras na região metropolitana.

Os impactos afetam outros setores da economia. O de seguros, em geral, é um dos primeiros justamente por lidar diretamente com a materialização dos riscos. “Observa-se um aumento gigantesco no número de sinistros, o que torna o impacto das mudanças climáticas mais evidente”, comenta Luciane Moessa, advogada e diretora da ONG Soluções Inclusivas Sustentáveis.

As seguradoras, afirma Moessa, têm buscado projetar novos cenários e rever suas metodologias de cálculo para enfrentarem os novos tempos. Mesmo que esse setor se adapte, não há garantias de um desfecho positivo: ao recalcular os riscos com base no aumento da frequência e da intensidade dos sinistros, os prêmios podem se tornar muito mais elevados do que são hoje.

“E as pessoas podem deixar de contratar seguros simplesmente porque não terão condições de arcar com os custos”, complementa Moessa, citando o exemplo do seguro agropecuário. Em nível nacional, o país acaba de aprovar o Plano Clima Adaptação. A política pública envolve 26 ministérios e busca aumentar a resiliência de estados e municípios diante de eventos extremos e, sobretudo, evitar mortes.

O desafio será implementar as diretrizes nos estados e cidades — onde os impactos das mudanças climáticas se manifestam. Em outra frente, o Ministério do Meio Ambiente vai ajudar municípios a desenvolverem seus próprios planos com foco na proteção de vidas, infraestrutura, transporte, saúde e outros serviços essenciais.

“Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável. Por isso, o planejamento precisa ser participativo, envolvendo não apenas o poder público, mas também a sociedade civil e o setor privado”, afirma Lincoln Muniz Alves, coordenador-geral do Departamento de Políticas para Adaptação e Resiliência à Mudança do Clima do MMA, referindo-se ao AdaptaCidade.

Não há uma receita de bolo a ser seguida: a ideia é que cada município, a partir de sua realidade específica, defina suas prioridades. Em muitos casos, os problemas estão associados tanto ao excesso quanto à falta de água, cita como exemplo Alves. Nesta fase inicial, 581 cidades distribuídas por todos os estados participam desse esforço.

Para colocar o plano em prática, o acesso ao financiamento pode ser uma barreira, já que muitos municípios estão endividados ou têm pouca capacidade técnica para elaborar projetos robustos. “Embora existam recursos disponíveis, a burocracia também é um obstáculo significativo. É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações e adaptem seus mecanismos”, comenta Alves sobre outra necessidade de adequação. (...)

Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/eventos-climáticos-extremos-desafiam-infraestrutura-brasileira/a-75216590>>. Adaptado. Acesso em: 06 de fevereiro de 2026.

### Questão 01

A decisão relatada no início do texto revela, sobretudo, uma mudança no padrão de atuação do poder público diante de eventos climáticos, caracterizada por:

- Substituição de respostas emergenciais por políticas estruturais de longo prazo.
- Adoção de medidas cautelares baseadas em cenários prospectivos.
- Descentralização das responsabilidades de gestão de riscos.
- Alinhamento às recomendações internacionais.

### Questão 02

A caracterização do sistema atmosférico como atípico decorre, principalmente, do fato de ele ter:

- Atingido simultaneamente regiões historicamente imunes ao fenômeno.
- Apresentado intensidade incompatível com registros históricos globais.
- Rompido o padrão espacial mais recorrente de fortalecimento desses sistemas.
- Sido provocado exclusivamente por alterações recentes no clima global.

### Questão 03

Os dados econômicos mencionados no texto cumprem a função argumentativa de:



## CONCURSO PÚBLICO



- a) Quantificar os prejuízos apenas como efeito colateral inevitável.
- b) Demonstrar a eficiência dos mecanismos de resposta adotados.
- c) Justificar a priorização do setor produtivo nas políticas climáticas.
- d) Ampliar a compreensão dos impactos para além da esfera ambiental.

### Questão 04

Ao avaliar a capacidade de enfrentamento dos eventos descritos, o especialista citado no texto sustenta uma crítica centrada na:

- a) Imprevisibilidade dos sistemas atmosféricos.
- b) Ausência de adaptação estrutural às novas condições climáticas.
- c) Insuficiência de cooperação internacional.
- d) Negligência exclusiva do setor privado.

### Questão 05

A explicação científica sobre o funcionamento dos ciclones sugere que o aumento recente de sua intensidade está associado, sobretudo, à:

- a) Maior frequência de frentes frias no hemisfério sul.
- b) Ampliação do contraste térmico entre massas de ar.
- c) Aceleração dos ventos em regiões equatoriais.
- d) Expansão das áreas urbanizadas.

### Questão 06

No trecho “A chuva e os ventos fortes eram trazidos por um ciclone extratropical”, o sujeito oracional deve ser classificado como:

- a) Sujeito simples.
- b) Sujeito inexistente.
- c) Sujeito composto.
- d) Sujeito oculto.

### Questão 07

No trecho “A força motriz dos ciclones é a diferença de temperatura”, o termo destacado pode ser adequadamente substituído, sem prejuízo semântico, por:

- a) Propulsora.
- b) Secundária.
- c) Reguladora.
- d) Acessória.

### Questão 08

Assinale a alternativa que classifica CORRETAMENTE o termo destacado no trecho a

seguir: “Um plano de adaptação ideal parte, antes de tudo, do conhecimento profundo sobre onde o território é vulnerável.”

- a) Adjunto adnominal.
- b) Predicativo do sujeito.
- c) Predicativo do objeto.
- d) Adjunto adverbial.

### Questão 09

Em “Não há uma receita de bolo a ser seguida”, é CORRETO afirmar que:

- a) O verbo “haver” é intransitivo.
- b) O termo “de bolo” é complemento nominal.
- c) A oração tem sujeito simples.
- d) O verbo “haver” é impessoal.

### Questão 10

No trecho “É necessário que as próprias agências financiadoras reconheçam essas limitações”, a oração subordinada exerce a função sintática de:

- a) Sujeito.
- b) Objeto direto.
- c) Objeto indireto.
- d) Predicativo do sujeito.

### Questão 11

Uma equipe de desenvolvimento utiliza Git com múltiplas *branches* para permitir o desenvolvimento paralelo, integração contínua e a manutenção de versões em produção. O projeto adota versionamento semântico e possui histórico extenso de *commits*.

Com base nas boas práticas de controle de versões e no funcionamento do Git, analise as sentenças a seguir:

- I- *Commits* pequenos e frequentes facilitam a identificação de regressões e a auditoria de mudanças, especialmente quando integrados a pipelines de CI/CD.
- II- A utilização de *rebase* em *branches* compartilhadas é recomendada, pois preserva o histórico completo de *commits* e reduz o risco de inconsistências no repositório remoto.
- III- O uso de *tags* associadas a *commits* específicos permite identificar *releases* estáveis e recuperar versões exatas do código implantado em produção.



## CONCURSO PÚBLICO



Analisadas as sentenças, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas I está correta.
- b) Apenas I e II estão corretas.
- c) Apenas I e III estão corretas.
- d) Apenas II e III estão corretas.

### Questão 12

Em uma rede corporativa composta por múltiplas sub-redes interligadas por roteadores, um host precisa se comunicar com outro host localizado em uma rede distinta.

Conforme os conceitos de endereçamento IP e roteamento, analise as sentenças a seguir:

- I- O endereço IP identifica logicamente um host ou interface de rede e é utilizado como base para o encaminhamento de pacotes entre redes distintas.
- II- A escolha do melhor caminho entre a origem e o destino é realizada pelos roteadores com base em suas tabelas de roteamento, considerando o o endereço IP de origem.
- III- Protocolos de roteamento utilizam informações de endereçamento IP para construir e atualizar tabelas de roteamento, permitindo decisões dinâmicas de encaminhamento.

Analisadas as sentenças, está(ão) CORRETA(S) apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

### Questão 13

Constitui ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, EXCETO:

- a) Negar publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei.
- b) Deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com a finalidade de ocultar irregularidades.
- c) Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, o teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

- d) Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.

### Questão 14

Segundo norma constitucional, o servidor público estável só perderá o cargo:

- a) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei municipal, assegurada ampla defesa e o contraditório.
- b) Mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- c) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei ordinária, assegurada o contraditório e a ampla defesa.
- d) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma do decreto, assegurada ampla defesa.

### Questão 15

Dado o sistema linear 
$$\begin{cases} 2x + 3y + z = 110 \\ 3x - y + 2z = 70 \\ x + y - z = 0 \end{cases}$$
, o valor

de  $x + y + z$  é:

- a) 60.
- b) 70.
- c) 50.
- d) 65.

### Questão 16

A Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) constitui o principal diploma normativo local, estabelecendo princípios, competências e organização dos Poderes Municipais. De acordo com a Lei Orgânica, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Lei Orgânica pode ser alterada por decreto do Prefeito Municipal.
- b) A iniciativa de emenda à Lei Orgânica é exclusiva do Prefeito.
- c) A Lei Orgânica depende de sanção do Governador do Estado.
- d) A Lei Orgânica é promulgada pela Câmara Municipal, após aprovação em dois turnos.



## CONCURSO PÚBLICO



### Questão 17

A Lei Municipal n.º 2.279/2025 institui o Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE) como instrumento de desenvolvimento econômico local. Com base no texto legal, constitui objetivo do PROINE:

- a) Fomentar o desenvolvimento econômico com apoio à iniciativa privada.
- b) Conceder incentivos fiscais restritos a empresas industriais tradicionais.
- c) Priorizar o aumento da arrecadação tributária municipal direta.
- d) Substituir políticas estaduais e federais de inovação tecnológica.

### Questão 18

No âmbito do Programa de Atração de Investimentos e Inovação de Eusébio (ou somente Programa de Investimentos e Inovação do Eusébio) (PROINE), a Lei Municipal n.º 2.279/2025 prevê a concessão de incentivos fiscais específicos, observados critérios os legais. Segundo essa Lei, pode ser objeto de incentivo fiscal:

- a) O Imposto sobre Operações Financeiras, por autorização executiva.
- b) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica, por convênio municipal.
- c) A Contribuição de Melhoria decorrente de obras públicas.
- d) O Imposto Predial e Territorial Urbano, mediante avaliação do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE).

### Questão 19

A Constituição da República assegura aos Municípios autonomia como ente integrante da Federação, princípio este reproduzido e detalhado pela Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE). Essa autonomia manifesta-se em diferentes dimensões, permitindo ao Município organizar seus próprios interesses, exercer competências legislativas e administrativas e gerir seus recursos, sempre nos limites estabelecidos pela Constituição Federal (CF). Em relação à Lei Orgânica do Município de Eusébio (CE) e ao modelo constitucional brasileiro de repartição de competências, a autonomia municipal NÃO compreende:

- a) Autonomia administrativa.
- b) Autonomia financeira.

- c) Autonomia legislativa.
- d) Autonomia jurisdicional.

### Questão 20

No Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Eusébio (CE), os dispositivos que tratam de regime disciplinar e penalidades estabelecem normas sobre a aplicação das sanções funcionais. De acordo com esses dispositivos, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A suspensão é uma penalidade prevista no Estatuto e somente deve ser aplicada após regular processo administrativo disciplinar que assegure ampla defesa.
- b) A advertência é uma penalidade prevista para infrações leves, aplicável independentemente de processo administrativo.
- c) O servidor poderá ser punido com demissão pela prática de qualquer infração, mesmo sem devido processo legal.
- d) O Estatuto não prevê penalidades como a demissão ou a cassação de aposentadoria.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Questão 21

Os órgãos de controle, tanto internos quanto externos, utilizam diferentes instrumentos de fiscalização para cumprir sua missão constitucional de zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos. Cada instrumento possui objetivos, escopo e metodologia próprios, sendo escolhido conforme a necessidade e a natureza do objeto a ser fiscalizado. Com base nas Normas de Auditoria do Setor Público e na doutrina consolidada, a alternativa que descreve CORRETAMENTE a aplicação de um desses instrumentos é:

- a) O Levantamento é o instrumento mais complexo, utilizado para emitir uma opinião formal sobre a adequação das demonstrações contábeis de uma entidade, envolvendo testes substantivos e de controle em larga escala.
- b) O Monitoramento é uma fiscalização pontual e reativa, realizada para apurar a procedência de uma denúncia específica sobre um fato já ocorrido, como o desabamento de uma obra pública.
- c) A Inspeção é utilizada para o exame *in loco* de um fato ou situação específica e delimitada, a fim de obter um conhecimento direto e verificar sua existência, características e conformidade. Geralmente, é motivada por indícios de



## CONCURSO PÚBLICO



irregularidade, denúncias ou pela necessidade de esclarecer uma questão pontual de um processo.

- d) O Acompanhamento é um instrumento de fiscalização de natureza exclusivamente contábil, cujo objetivo é verificar, em tempo real, se os lançamentos financeiros de um órgão estão sendo registrados de acordo com o plano de contas aplicado ao setor público.

### Questão 22

A fase de planejamento é crucial para o sucesso de uma auditoria, pois nela se definem o escopo, os objetivos e a estratégia dos trabalhos. Um dos principais artefatos técnicos produzidos nesta fase é a Matriz de Planejamento. Conforme as normas e melhores práticas de auditoria governamental, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE a finalidade e a estrutura dessa matriz.

- a) A Matriz de Planejamento é um documento técnico elaborado na fase de planejamento da auditoria, que estrutura a execução dos trabalhos. Ela correlaciona as questões de auditoria a serem respondidas com os critérios aplicáveis, os procedimentos de auditoria necessários para coletar evidências e os possíveis achados, garantindo que o escopo e os objetivos da fiscalização sejam sistematicamente abordados.
- b) A Matriz de Planejamento é elaborada ao final da fase de execução, servindo como um resumo dos achados de auditoria para a elaboração do relatório. Sua principal função é consolidar as evidências já coletadas e as recomendações propostas pela equipe.
- c) Na Matriz de Planejamento, os “critérios” representam as irregularidades ou problemas identificados preliminarmente, enquanto as “causas” são as normas e leis que deveriam ter sido seguidas. O objetivo é confrontar a norma (causa) com o erro (critério).
- d) A função exclusiva da Matriz de Planejamento é definir o risco de auditoria e o nível de materialidade. Nela, o auditor atribui pesos a cada área da entidade para calcular, matematicamente, quais processos apresentam maior risco financeiro, não se envolvendo com a definição de procedimentos ou critérios.

### Questão 23

A documentação de auditoria, conhecida como papéis de trabalho, é a espinha dorsal de qualquer ação de fiscalização, seja ela conduzida por um Tribunal de

Contas ou por uma auditoria fiscal tributária. As Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) estabelecem os princípios para essa documentação, e aplicam, quando cabível, os preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TAs) como referência de qualidade. Considerando os princípios e regras que regem a matéria, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A documentação de uma auditoria de conformidade tributária deve ser preparada de forma a permitir que um auditor experiente, sem envolvimento prévio no trabalho, compreenda a natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados, os resultados obtidos e as conclusões alcançadas.
- b) Em auditorias do setor público, devido à natureza de longo prazo das obrigações estatais, os papéis de trabalho devem ser guardados permanentemente em arquivo, não se aplicando o prazo de retenção mínimo de cinco anos previsto para o setor privado.
- c) Dada a fé pública de que goza o Auditor Tributário, suas explicações verbais sobre os procedimentos realizados, registradas em ata de reunião com o contribuinte, são consideradas documentação de auditoria suficiente, dispensando registros adicionais nos papéis de trabalho.
- d) A NBC TA 230 (R1) é uma norma aplicável exclusivamente a auditorias de empresas privadas, sendo sua utilização vedada no setor público, que possui um conjunto de normas de documentação (NBASP) totalmente conflitante e independente.

### Questão 24

O exame documental é uma das técnicas mais fundamentais e amplamente utilizadas na auditoria tributária, consistindo na análise de documentos para verificar a correção dos registros fiscais e contábeis do contribuinte. A evidência coletada por meio dessa técnica serve de base para a lavratura de um Auto de Infração. Acerca das técnicas e procedimentos de auditoria, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE a aplicação do exame documental.

- a) O exame documental inclui a técnica da observação, na qual o auditor fiscal acompanha, em tempo real, o processo de faturamento do contribuinte para verificar se o sistema emissor de notas fiscais está parametrizado corretamente, sendo esta a prova mais robusta.



## CONCURSO PÚBLICO



- b) No exame documental, a evidência mais confiável é sempre a de origem interna, como um relatório de vendas gerado pelo sistema do próprio contribuinte, pois reflete a realidade operacional da empresa, tendo precedência sobre documentos de origem externa, como uma confirmação de um cliente.
- c) A principal técnica de exame documental é a circularização (confirmação), que consiste exclusivamente no envio de correspondência a terceiros (clientes, fornecedores, bancos) para que confirmem, diretamente à fiscalização, as operações realizadas com o contribuinte auditado.
- d) O exame documental consiste na verificação de documentos, registros e demonstrações para averiguar sua regularidade e fidedignidade. Um procedimento comum é o cruzamento de informações, como conferir se uma Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) de entrada, que gera direito a crédito de imposto, está devidamente escriturada no livro fiscal digital (SPED Fiscal) do contribuinte, com os valores e alíquotas corretos.

### Questão 25

A fase de comunicação dos resultados materializa todo o esforço da fiscalização em um documento formal: o relatório de auditoria. Este documento deve ser claro, objetivo e convincente, servindo de base para a melhoria da gestão pública e para a atuação dos órgãos de controle. Segundo as Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP) e as melhores práticas, é CORRETO afirmar, sobre essa fase, que:

- a) O relatório de auditoria deve refletir o julgamento profissional e a opinião pessoal do auditor, mesmo que não estejam diretamente suportados por evidências nos papéis de trabalho, pois sua experiência é o principal fator de credibilidade do documento.
- b) Antes da emissão da versão final do relatório, as normas de auditoria governamental determinam que os achados preliminares sejam formalmente comunicados aos gestores da entidade auditada. Esse procedimento, conhecido como contraditório, visa garantir a precisão dos fatos, obter os comentários da gestão e assegurar a justiça e a qualidade do relatório final.
- c) As recomendações contidas no relatório de auditoria têm força de sentença judicial. Uma vez emitido o relatório, a entidade auditada é obrigada a implementá-las imediatamente, sob pena de

sanção automática, não cabendo qualquer tipo de contestação.

- d) O principal componente do relatório de auditoria é a Matriz de Planejamento, que é anexada na íntegra para demonstrar que todos os procedimentos planejados foram executados, independentemente dos resultados encontrados.

### Questão 26

Os princípios orçamentários são as premissas fundamentais que norteiam a elaboração, a execução e o controle do orçamento público em todos os níveis da Federação. Eles visam garantir a transparência, a racionalidade e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Com base na Constituição Federal (CF) de 1988, na Lei n.º 4.320/64 e na doutrina de Direito Financeiro, é CORRETO afirmar que:

- a) O princípio da universalidade estabelece que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve abranger todas as receitas e todas as despesas referentes aos Poderes, órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, de modo a oferecer uma visão completa das operações financeiras do Estado.
- b) O princípio da anualidade foi flexibilizado pela Constituição de 1988, permitindo que os créditos orçamentários não utilizados em um exercício sejam automaticamente transferidos para o exercício seguinte, sob a forma de “créditos reabertos”, para garantir a continuidade dos projetos.
- c) O princípio da exclusividade, também conhecido como “pureza orçamentária”, proíbe que a Lei Orçamentária Anual contenha qualquer dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, sem admitir nenhuma exceção, para evitar que o orçamento se torne um veículo para matérias legislativas diversas.
- d) O orçamento-programa, adotado no Brasil, é um modelo de orçamento focado exclusivamente no controle contábil do gasto, priorizando a classificação da despesa por objeto (ex.: “material de consumo”, “diárias”), sem se preocupar com os objetivos, metas ou resultados das políticas públicas.

### Questão 27

O sistema de planejamento e orçamento brasileiro é estruturado em três instrumentos principais: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias



## CONCURSO PÚBLICO



(LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O PPA representa o planejamento de médio prazo do governo. Acerca do que dispõe a Constituição Federal (CF) de 1988 sobre esse instrumento, assinale CORRETAMENTE:

- a) O Plano Plurianual (PPA) é a lei que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro, detalhando as fontes de recursos e sua alocação em cada órgão e unidade orçamentária para o período de um ano.
- b) A principal função do Plano Plurianual (PPA) é orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual do ano seguinte, estabelecendo as metas e prioridades da administração, incluindo a política de reajuste do salário-mínimo e as regras para alterações na legislação tributária.
- c) O Plano Plurianual (PPA) tem vigência coincidente com o mandato do Chefe do Poder Executivo, ou seja, quatro anos, iniciando-se em 1º de janeiro do primeiro ano de mandato e encerrando-se em 31 de dezembro do último ano, para garantir a identidade entre o plano e o governante.
- d) O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento de médio prazo que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

### Questão 28

Conforme as disposições da Constituição Federal (CF) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a alternativa que descreve CORRETAMENTE a função da LDO é:

- a) A LDO é a Lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e programas de duração continuada, com vigência de quatro anos, iniciando-se no segundo ano de mandato do Chefe do Executivo.
- b) A LDO é o instrumento que autoriza a arrecadação de todos os tributos e a realização de todas as despesas do governo para o ano em que é aprovada, detalhando a alocação dos recursos por órgão, unidade orçamentária e categoria econômica.
- c) A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei

Orçamentária Anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

- d) A LDO, uma vez aprovada, tem vigência por quatro anos, coincidindo com o mandato do Chefe do Executivo, e não pode ser alterada durante esse período para garantir a estabilidade das regras fiscais.

### Questão 29

A LOA é o orçamento propriamente dito, o instrumento que operacionaliza o planejamento governamental para o período de um ano. Ela deve estar em conformidade com o PPA e a LDO. Segundo as disposições constitucionais e legais, assinale a alternativa que define CORRETAMENTE a LOA.

- a) A LOA é a Lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração para um período de quatro anos, focando nas despesas de capital e nos programas de duração continuada.
- b) A LOA tem como principal função orientar a elaboração do orçamento do ano seguinte, estabelecer as metas e prioridades da administração, e dispor sobre as alterações na legislação tributária.
- c) A aprovação da LOA cria um direito subjetivo para os órgãos públicos de gastarem a totalidade dos valores fixados, tornando a execução da despesa obrigatória em todos os seus itens, independentemente de qualquer avaliação de conveniência e oportunidade pelo Poder Executivo.
- d) A LOA é o instrumento que estima as receitas e fixa as despesas para o exercício financeiro, compreendendo o orçamento fiscal, o orçamento da seguridade social e o orçamento de investimento das empresas estatais, detalhando a alocação dos recursos que serão utilizados pela administração pública.

### Questão 30

O Art. 6º da Lei n.º 4.320/64 estabelece um dos mais importantes princípios orçamentários, que visa garantir a clareza e a transparência das contas públicas, impedindo que operações de receita e despesa sejam ocultadas ou apresentadas de forma líquida. Considerando o texto do referido Artigo, é CORRETO afirmar que:



## CONCURSO PÚBLICO



- a) O Artigo consagra o Princípio do Orçamento Bruto, determinando que todas as receitas e despesas devem constar na Lei Orçamentária pelos seus valores totais (brutos), sendo vedada qualquer tipo de dedução. Assim, os custos de arrecadação de um tributo, por exemplo, devem ser registrados como despesa, e a arrecadação do tributo, como receita, sem qualquer compensação prévia.
- b) O § 1º do Artigo estabelece que as transferências de receitas entre entes públicos, como as do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), devem ser registradas apenas como receita no orçamento da entidade que as recebe (ex.: Município), sendo desnecessário seu registro como despesa no orçamento da entidade que transfere (ex.: Estado), para evitar a dupla contagem nos balanços consolidados.
- c) Para fins de elaboração da proposta orçamentária, o § 2º determina que o cálculo das cotas de transferências entre entes deve ter como base os dados apurados no balanço do exercício corrente, ou seja, do mesmo ano em que a proposta está sendo elaborada, para garantir a máxima fidedignidade dos valores.
- d) O Artigo permite que, no caso de serviços públicos que geram receita própria (como taxas de museus ou parques), a despesa para manter o serviço seja deduzida da receita arrecadada, constando no orçamento apenas o resultado líquido (superávit ou déficit) da operação, a fim de simplificar a análise de sua viabilidade.

### Questão 31

A Lei n.º 6.404/1976, conhecida como Lei das Sociedades por Ações, estabelece os critérios básicos para a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis das sociedades empresárias, especialmente aquelas constituídas sob a forma de S.A. Com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009, houve significativa convergência às normas internacionais de contabilidade, exigindo maior transparência, evidenciação e alinhamento conceitual aos pronunciamentos do CPC. Em relação ao conjunto mínimo de demonstrações contábeis exigidas pela legislação societária vigente após as alterações, a Lei exige a apresentação de:

- a) Balanço Patrimonial, DRE, DLPA e DFC.  
b) Balanço Patrimonial, DRE, DMPL e DFC.  
c) Balanço Patrimonial, DRE, DFC, DMPL e DVA.

- d) Balanço Patrimonial, DRE, DFC e Notas Explicativas.

### Questão 32

A Lei n.º 11.638/2007 promoveu profundas alterações na contabilidade societária brasileira, com o objetivo de harmonizar as práticas nacionais aos padrões internacionais de contabilidade (IFRS). Entre essas mudanças, destacam-se alterações conceituais na estrutura do balanço patrimonial, nos critérios de mensuração e na forma de reconhecimento de determinados eventos econômicos. Nesse contexto, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE uma inovação introduzida por essa Lei.

- a) Extinção da Demonstração do Resultado Abrangente.  
b) Criação do grupo Ativo Diferido.  
c) Extinção do grupo Resultado de Exercícios Futuros.  
d) Obrigatoriedade da correção monetária integral.

### Questão 33

Os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) têm por finalidade orientar a aplicação das normas contábeis no Brasil, em consonância com os padrões internacionais. Sua adoção é obrigatória para determinadas entidades e complementa a legislação societária, respeitando a hierarquia normativa. Sobre os Pronunciamentos do CPC, é CORRETO afirmar que:

- a) Possuem caráter meramente facultativo.  
b) Substituem integralmente a Lei n.º 6.404/1976.  
c) São aplicáveis apenas às entidades do setor público.  
d) Devem ser observados quando homologados pelos órgãos reguladores.

### Questão 34

A Demonstração dos Fluxos de Caixa tem como objetivo evidenciar as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa durante o período, classificadas em atividades operacionais, de investimento e de financiamento. O CPC 03 permite sua elaboração pelo método direto ou indireto, ambos aceitos pela legislação societária. Em relação à diferença entre os métodos direto e indireto, assinale CORRETAMENTE:



## CONCURSO PÚBLICO



- a) Ambos partem do lucro líquido.
- b) O método direto evidencia recebimentos e pagamentos brutos.
- c) O método indireto evidencia apenas atividades de financiamento.
- d) O método direto é vedado pela Lei n.º 6.404/1976.

### Questão 35

A Demonstração do Valor Adicionado evidencia a riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição entre os diversos agentes econômicos, como empregados, governo, financiadores e acionistas. Seu uso reforça o caráter social da contabilidade. Acerca do tema, a DVA é obrigatória para:

- a) Todas as sociedades limitadas.
- b) Todas as entidades públicas.
- c) Companhias abertas.
- d) Microempresas optantes pelo Simples.

### Questão 36

Conforme o CPC 03, equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A correta classificação desses itens é essencial para a adequada análise da liquidez da entidade. Com base no enunciado, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE um equivalente de caixa.

- a) Ações negociadas em bolsa.
- b) Aplicações financeiras com vencimento original de 120 dias.
- c) Títulos mantidos para negociação de longo prazo.
- d) Debêntures conversíveis.

### Questão 37

As contas a receber representam direitos da entidade originados de vendas a prazo. Quando os prazos são relevantes, a legislação e os CPCs exigem o ajuste a valor presente, refletindo o valor econômico da transação. Dessa forma, o ajuste a valor presente tem como principal objetivo:

- a) Aumentar artificialmente o ativo.
- b) Reconhecer ganhos financeiros antecipados.
- c) Evidenciar o valor justo dos direitos.
- d) Eliminar o regime de competência.

### Questão 38

Os estoques devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme o

CPC 16. Esse tratamento assegura prudência e fidedignidade às demonstrações contábeis. Nesse contexto, o valor realizável líquido corresponde ao:

- a) Custo histórico corrigido.
- b) Preço de venda bruto.
- c) Preço de venda líquido de despesas.
- d) Valor justo de mercado.

### Questão 39

O grupo Realizável a Longo Prazo compreende direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente, sendo classificado no ativo não circulante. Sobre esse grupo, é CORRETO afirmar que:

- a) Contém apenas duplicatas a receber.
- b) Inclui empréstimos concedidos com vencimento superior a 12 meses.
- c) É exclusivo de entidades públicas.
- d) Não sofre ajuste a valor presente.

### Questão 40

A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) evidencia, além do lucro líquido, outros resultados que afetam o patrimônio líquido, mas não transitam pela DRE. Acerca do enunciado, constitui exemplo de outro resultado abrangente:

- a) Receita de vendas.
- b) Custo das mercadorias vendidas.
- c) Ganhos atuariais.
- d) Despesas administrativas.